Banco ABN AMRO Clearing S.A.

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025
com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Índice

Relatório da administração 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 6

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanço patrimonial 9

Demonstrações do resultado 10

Demonstração do resultado abrangente 11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 12

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto 13

Notas explicativas às demonstrações financeiras 14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco ABN AMRO Clearing S.A. ("Banco") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, as quais seguem as diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e do Conselho Monetário Nacional ("CMN") acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

ESG

O grupo no Brasil atua constantemente para cumprimento das legislações e regulamentações vigentes, visando a condução de negócios em linha com nossos valores institucionais fundamentais e princípios de negócios do Grupo ABN AMRO Global, bem como com as demais práticas nacionais e internacionais sobre o tema. Promove orientação e adoção de ações preventivas e mitigadoras de impactos ESG, além de ampliar e atualizar o conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social e ambiental constantemente.

Nesse sentido, foi criado um Comitê (BRESG) de ESG com o propósito de liderar e implantar boas práticas dentro e fora da organização. Este grupo de trabalho é voluntário e adota diversas ações para esse tema, reforçando seu compromisso institucional.

Dentre seus principais objetivos, destaca-se, reafirmar o compromisso do Grupo ABN AMRO Brasil com o desenvolvimento sustentável, definir estratégias de atuação, analisar oportunidades, propor e monitorar planos de ação, indicadores e metas, desenvolver e executar projetos e refletir sobre maneiras de sensibilizar e envolver as partes interessadas nas ações de sustentabilidade do Banco; Trabalhar para aumentar as oportunidades de diálogo e interação entre o Grupo ABN AMRO Brasil e suas partes interessadas, disseminar o tema sustentabilidade em todas as linhas de negócio do banco, observando padrões, tendências e referências nacionais e internacionais sobre o tema, e ajudar a promover a agenda da diversidade, equidade, inclusão e pertencimento (DEI&P) no Grupo ABN AMRO Brasil, construindo uma cultura organizacional direcionada pelos princípios ESG e pelo respeito aos direitos humanos.

Suas principais iniciativas no ano de 2024 foram o Office Garden que contempla uma horta comunitária no escritório físico do ABN AMRO Clearing com acesso de todos os colaboradores; uma parceria com a startup Água Camelo onde o ABN AMRO Clearing foi responsável pela instalação de uma estação de coleta, armazenagem, tratamento e consumo de água tratada, que contava com um filtro de alta vazão que garantiu a mais de 130 pessoas o acesso à água de qualidade; a implementação do projeto socioeducacional AACB School, com objetivo de reduzir a desigualdade de oportunidades entre as classes socioeconômicas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de 8 jovens na faixa etária dos 16-18 anos, em situação vulnerável residentes de Osasco/SP, preparando-os para o ingresso no mercado de trabalho por meio de capacitação profissional.

A respeito da sua cadeia de valor, o Banco estabelece rigorosos critérios de diligência para a contratação de fornecedores e clientes, aplicando critérios relativos à responsabilidade social corporativa e responsabilidade aos assuntos ESG no seu processo, e optando por prestadores de serviço que igualmente atestem preocupação e ação genuínas com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

Pelo olhar de sustentabilidade, o grupo considera sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar os riscos socioambiental e climáticos presentes nas atividades e nas operações da instituição. Também considera avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação e procedimentos para adequação do gerenciamento dos riscos socioambiental e climáticos às mudanças legais, regulamentares e de mercado. Além disso, o grupo ABN AMRO Brasil promove e incentiva campanhas que causem impacto direto ao meio ambiente, como: redução do consumo de plástico e papel, incentivo à reciclagem, criação de espaços verdes internos, economia de energia elétrica, dentre outras campanhas e iniciativas para aculturamento e engajamento dos colaboradores.

No âmbito social, o Banco participa de variadas iniciativas em torno da promoção de diversidade e Inclusão no mercado financeiro e sociedade, com apoio a projetos de cunho social e cultural, reforçando seu compromisso de ser uma empresa consciente e responsável.

No quesito Governança Corporativa, o Banco se norteia pelo conceito dos quatro princípios estabelecidos pelo IBGC: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. A implantação de políticas, procedimentos fielmente aderentes à legislação, bem como a realização de comitês e auditorias garantem a credibilidade perante seus públicos interno e externo.

Por fim, ao que tange a gestão de facilities do banco, este adota práticas e iniciativas sustentáveis que norteiam o bom uso do espaço físico, promovendo constantes melhorias e a convivência em um ambiente favorável ao trabalho eficiente. Também é responsável pela boa utilização dos equipamentos, norteados por iniciativas ambientais e sociais.

Agradecimentos

O profissionalismo e dedicação dos nossos colaboradores desempenham um papel fundamental em nossa estratégia, construindo a confiança dos nossos clientes. Expressamos nosso sincero agradecimento pelo empenho de todos. Além disso, estendemos nossos agradecimentos aos nossos fornecedores e clientes pelo apoio e parceria.

A Administração

Diretoria

Alessandra Petra Hazl Dambock
Silvio Luís Lomnitzer
Washington Claudio da Silva

Contadora

Gabrielle Apolinário Pellegrino
CRC 1SP-326346/O-2

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco ABN AMRO Clearing S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABN AMRO Clearing S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABN AMRO Clearing S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Apresentação dos valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução BCB nº 352/2023 do Banco Central do Brasil. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Shape the future
with confidence

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

f
Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Junho 2025
Disponibilidades	**4**	**825**
Ativos financeiros		**2.821.521**
Ao custo amortizado		**2.080.857**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**5**	977.990
Negociação e intermediação de valores	**15**	1.102.867
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes		**685.361**
Títulos e valores mobiliários	6	685.361
Ao valor justo por meio do resultado		**55.303**
Títulos e valores mobiliários	**6**	53.394
Instrumentos financeiros derivativos	**7**	1.909
Outros ativos		**19.557**
Ativos fiscais diferidos	**17.b**	7.875
Outros	**9**	11.682
Investimentos		**9.495**
Participações em controladas	**10**	9.495
Imobilizado de uso		**10.325**
Intangível		**7.085**
(-) Depreciações e amortizações		**(8.103)**
Depreciações acumuladas		(3.640)
Amortizações acumuladas		(4.463)
Total do ativo		**2.860.705**

PASSIVO	Nota	Junho 2025
Passivos financeiros		**2.234.939**
Ao custo amortizado		**2.177.064**
Depósitos	**11**	7.038
Obrigações por empréstimos	**12**	1.067.159
Outras obrigações	**15**	1.102.867
Ao valor justo por meio do resultado		**12.573**
Instrumentos financeiros derivativos	**7**	12.573
Outros passivos		**45.302**
Provisões	**13**	19.293
Obrigações fiscais diferidas		1.576
Outros	**14**	24.433
Patrimônio líquido	**18**	**625.766**
Capital social - de domiciliados no exterior		593.902
Reserva legal		11.385
Lucros acumulados		19.920
Outros resultados abrangentes		559
Total do passivo		**2.860.705**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	Junho 2025
Receitas de intermediação financeira		**98.289**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		98.289
Despesas de intermediação financeira		**(89.391)**
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	**7**	(70.459)
Operações de captação no mercado		(4.853)
Operações de empréstimos e repasses		(14.079)
Resultado de intermediação financeira		**8.898**
Outras receitas operacionais		**82.664**
Receitas de prestação de serviços	**20**	26.093
Outras receitas operacionais	**23**	56.571
Principais despesas operacionais		**(49.309)**
Despesas de pessoal	**21**	(14.753)
Outras despesas administrativas	**22**	(9.238)
Despesas tributárias		(7.359)
Despesas de participações em controladas	**10**	(3.168)
Outras despesas operacionais	**23**	(14.791)
Resultado operacional		**42.253**
Resultado antes dos tributos e participações		**42.253**
Tributos e participações sobre o lucro		**(21.285)**
Imposto de renda	**17.a**	(11.272)
Contribuição social	**17.a**	(8.711)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**17.a**	(580)
Participações no lucro		(722)
Resultado líquido do período		**20.968**
Números de ações por lote de mil ações		667.360
Lucro por ação no período por lote de mil ações (R$)		31,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente, semestre findo em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais

	Junho 2025
Resultado líquido do período	**20.968**
Outros resultados abrangentes	**223**
Itens que serão reclassificados para resultado	223
Ajuste de avaliação patrimonial de títulos disponiveis para venda	406
Efeito tributário sobre o ajuste de avaliação patrimonial	(183)
Resultado abrangente do período	**21.191**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2025

Em milhares de reais

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Legal	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Em 30 de junho 2024		**593.902**	**9.211**	**-**	**234**	**19.712**	**623.059**
Em 31 de dezembro de 2024	**18**	**593.902**	**10.337**	**19.098**	**336**	**-**	**623.673**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	223	-	223
Distribuição de dividendos		-	-	(19.098)	-	-	(19.098)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	20.968	20.968
Constituição de reserva legal		-	1.048	-	-	(1.048)	-
Em 30 de junho de 2025	**18**	**593.902**	**11.385**	**-**	**559**	**19.920**	**625.766**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2025
Método indireto - Em milhares de reais

	Nota	Junho 2025
Lucro ajustado do semestre		**22.196**
Lucro do semestre		20.968
Ajustes ao lucro:		**1.228**
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes a caixa		(4.236)
Depreciações e amortizações	**22**	1.305
Resultado de participações em controladas		3.168
Outros ajustes		991
Variações dos ativos e passivos		**142.911**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(33.781)
Negociação e intermediação de valores		66.385
Outros créditos		(67.363)
Depósitos		(453.925)
Obrigações por empréstimos		635.951
Outras obrigações		(30.305)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.692)
Juros recebidos		54.114
Juros pagos		(23.473)
Caixa líquido provenientes/(aplicado) das atividades operacionais		**165.107**
Atividades de investimento		**(699)**
Aquisição de imobilizado de uso		(699)
Caixa líquido (aplicado) das atividades de investimentos		**(699)**
Atividades de financiamento		**(41.098)**
Juros sobre capital próprio		(22.000)
Dividendos		(19.098)
Caixa líquido (aplicado)/provenientes das atividades de financiamento		**(41.098)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa		**123.310**
Caixa e equivalentes a caixa no início do semestre		851.269
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes a caixa		4.236
Caixa e equivalentes a caixa no final do semestre	**4**	978.815
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes a caixa		**123.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco ABN AMRO Clearing S.A. ("Banco") é uma instituição financeira privada, controlada pelo ABN AMRO Clearing Bank N.V., com sede em Amsterdam, Holanda. O Banco está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial e de investimento com autorização para operar em câmbio.

A ABN AMRO Clearing Corretora de Valores Mobiliários Ltda é uma instituição financeira privada, subsidiaria integral do Banco, e tem como objetivo principal prestar serviços de intermediação e atividades nos mercados financeiros e de capitais, foi aprovada pelo BACEN em publicação no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2022 e iniciou suas atividades operacionais durante o segundo semestre de 2023.

Em 17 de junho de 2024 o Bacen aprovou a alteração da denominação social do Banco, para Banco ABN AMRO Clearing S.A., passando assim a incluir a marca "Clearing" em seu nome, com o objetivo de alinhá-la às demais empresas do grupo no mundo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional (CMN), e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações relevantes e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente.

Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista no artigo 102 da Resolução BCB nº 352.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC) emitiu diversas normas relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

(a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - (CPC 01);

(b) Demonstração dos Fluxos de Caixa - (CPC 03);

(c) Divulgação sobre Partes Relacionadas - (CPC 05);

(d) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - (CPC 25);

(e) Eventos Subsequentes - (CPC 24);

(f) Pagamento Baseado em Ações - (CPC10);

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Continuação

(g) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - (CPC 23);

(h) Resolução nº 4.924/21 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - (CPC 00);

(i) Benefícios a Empregados - (CPC 33);

(j) Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - (CPC 02);

(k) Ativo Intangível - (CPC 04);

(l) Ativo Imobilizado - (CPC 27); e

(m) Mensuração do Valor Justo - (CPC 46).

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2025 e suas respectivas notas explicativas foram aprovadas pela Administração em 28 de julho de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera, em Reais (R$), que é a moeda funcional do Banco.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda, exceto os créditos tributários cuja revisão ocorre semestralmente com base em estudo técnico.

c) Caixa e equivalentes a caixa

É representado por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados dependendo do modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e das características de seus fluxos de caixa (somente pagamento de principal e juros - teste de SPPJ), nas seguintes categorias:

(i) Custo amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

3. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

d) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

(iii) Valor justo no resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de futuros, termos e *swaps* são contabilizados segundo os seguintes critérios:

(i) *Operações de futuros*: são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa;

(ii) *Operações de swaps*: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pró-rata" dia até a data das demonstrações financeiras; e

(iii) *Operações a termo*: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa SPOT de mercado, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

g) Imobilizado de uso e intangível

Registrados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso - 10%, equipamentos de comunicação e processamento de dados - 20% e veículos - 33,33%.

O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade e é amortizado linearmente pela taxa anual de 20%.

3. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

h) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

(i) *Contingências ativas* - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) *Contingências passivas* - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e

(iii) *Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)* - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

i) Provisão para impostos e contribuições

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos e a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado. Os créditos tributários são constituídos a taxas vigentes à época de sua realização, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica “Ativos fiscais diferidos” sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

A provisão para contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi constituída pelo regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente. A provisão para o Imposto Sobre Serviços (ISS) foi constituída à alíquota de 5% sobre as receitas de prestação de serviços.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independente de recebimento ou pagamento.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades, reconhecidos em base “*pró-rata”* dia sendo as obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

l) Adoção de novas Normas de Interpretações

A partir de 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor novas regulamentações financeiras no Brasil, incluindo a Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução BCB nº 352/23, entre outras normas complementares.

A Resolução CMN nº 4.966/21, publicada em novembro de 2021, introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, substituindo antigas resoluções e circulares do Banco Central do Brasil. Ela exige que as instituições financeiras classifiquem e mensurem seus instrumentos financeiros de acordo com modelos de negócio específicos e que as provisões para créditos de liquidação duvidosa sejam baseadas em perdas esperadas. Em 2023 e 2024, foram emitidas resoluções complementares (CMN nº 5.100/23, BCB nº 352/23 e CMN nº 5.146), que adicionam diretrizes sobre:

- Mensuração de instrumentos financeiros.

A resolução BCB nº 352/23 propõe que os ativos financeiros sejam classificados em custo amortizado (CA), valor justo através do resultado (VJR) ou valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). Para a classificação desses ativos foi necessário avaliar o contexto de negócios que o ativo está inserido e se o ativo atende aos critérios de somente pagamento de principal e juros (SPPJ). Abaixo apresentamos os resultados da classificação dos instrumentos financeiros do Banco:

Tipo	Método de Mensuração até 31/12/2024	Método de Mensuração a partir de 01/01/2025
Disponibilidades	Não aplicável	Não aplicável
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Disponíveis para venda	Valor Justo Através de Outros Resultados Abrangentes
Cotas de fundos de investimentos	Para negociação	Valor Justo através do Resultado
Operações de câmbio	Para negociação	Valor Justo através do Resultado
Outros créditos	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Depósitos e demais instrumentos financeiros	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado

- Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Para estimar a perda esperada, o Banco utilizou técnica de mensuração compatível com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, o porte, o perfil de risco e o seu modelo de negócio, foi identificado dois grupos de ativos financeiros que são elegíveis a provisionamento para perdas associadas ao risco de crédito: 1) "aplicações interfinanceiras de liquidez", que pelo modelo de negócios do Banco, são operações com um prazo de vencimento curto, sempre inferior a 12 meses, que não requerem o desenvolvimento de uma metodologia específica para apuração das perdas esperadas. Essa avaliação está em conformidade com o artigo 40 da Resolução BCB nº 352/23. 2) "títulos e valores mobiliários", que pelo modelo de negócio do Banco, são compostos apenas por títulos públicos federais, verificou-se que não se enquadram nos percentuais mínimos de provisão e não possuem histórico de defaults. Com base em estudo técnico da política de provisionamento, conclui-se pela não necessidade de provisionamento para riscos de crédito.

3. Resumo das principais práticas contábeis – Continuação

l) Adoção de novas Normas de Interpretações--Continuação

- Renegociação e reestruturação.

Atualmente, o Banco não possui em sua carteira operações nenhuma renegociação ou reestruturação de ativos financeiros.

- Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.
A partir de 1º de janeiro de 2027, as operações de hedge devem ser reclassificadas nas seguintes categorias: hedge de valor justo; hedge de fluxo de caixa; hedge de investimento líquido no exterior.

Atualmente o banco não utiliza hedge accounting em seu modelo de negócios.
Essas regulamentações visam aprimorar a precisão e a transparência das práticas contábeis das instituições financeiras. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, a instituição adotou as novas diretrizes a partir de 01 de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Junho 2025
Disponibilidades	**825**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	977.990
Total de caixa e equivalentes a caixa	**978.815**

(a) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, for igual ou inferior a 90 dias.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Junho 2025	
	Até 3 meses	**Total**
Aplicações no mercado aberto		
Letras financeiras do tesouro (LFT)	377.990	377.990
Letras do tesouro nacional (LTN)	300.000	300.000
Notas do tesouro nacional (NTN)	300.000	300.000
Total	**977.990**	**977.990**

6. Títulos e valores mobiliários

		Junho 2025		Por vencimento		
	Classificação	Valor de custo	Valor justo	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	De 3 a 6 anos
Títulos livres		**536.995**	**537.899**	**-**	**372.473**	**165.426**
Letras financeiras do tesouro (LFT)	VJORA	536.995	537.899	-	372.473	165.426
Vinculados à prestação de garantias (a)		**200.743**	**200.856**	**53.394**	**2.860**	**144.602**
Letras financeiras do tesouro (LFT)	VJORA	147.349	147.462	-	2.860	144.602
Cotas de fundos de investimento	VJR	53.394	53.394	53.394	-	-
Total		**737.738**	**738.755**	**53.394**	**375.333**	**310.028**

(a) Os títulos públicos vinculados à prestação de garantias estão vinculados junto à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimento de estratégias de operações.

A carteira de derivativo é demonstrada abaixo:

	Junho 2025			
	Valor referencial	A pagar / a receber	Custo atualizado	Valor justo
Futuros				
Posição comprada	**762.779**	**-**	**-**	**-**
Moeda estrangeira	762.779	(8.348)	-	-
Posição vendida	**47.750**	**-**	**-**	**-**
Moeda estrangeira	47.750	280	-	-
Total	**810.529**	**(8.068)**	**-**	**-**
Contratos de câmbio				
Compromisso de compra	**525.680**	**-**	**(4.225)**	**(4.225)**
Moeda estrangeira	525.680	-	(4.225)	(4.225)
Compromisso de venda	**175.985**	**-**	**1.629**	**1.629**
Moeda estrangeira	175.985	-	1.629	1.629
Total	**701.665**	**-**	**(2.596)**	**(2.596)**

Vencimento	**762.779**
Até 90 dias	762.779
Total por vencimento	**762.779**

7. Instrumentos financeiros derivativos – Continuação

Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	Junho 2025		
	Ganho	**Perda**	**Resultado**
Futuros	**164.720**	**(231.826)**	**(67.106)**
Moeda estrangeira	164.720	(231.826)	(67.106)
Contratos de câmbio	**3.294**	**(6.647)**	**(3.353)**
Total	**168.014**	**(238.473)**	**(70.459)**

8. Gestão de riscos

A gestão de riscos das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipe independente das áreas de negócio, que monitora os diversos riscos inerentes às operações e processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. Os níveis de apetite de riscos são documentados na Declaração de Apetite de Riscos (RAS). As estruturas de gerenciamento de risco estão divulgadas em diretório de acesso público no sítio do ABN AMRO e podem ser assim resumidas:

a) Risco de mercado

A administração de riscos de mercado nas operações é efetuada através do monitoramento de limites e exposições pela área de risco. Os limites e posições são discutidos periodicamente em comitês internos. Diariamente são verificados indicadores das exposições das posições em aberto.

Para mensurar efeitos decorrentes de possíveis movimentos inesperados do mercado são realizados Testes de Estresse, verificando o comportamento da carteira, a fim de assegurar que o Banco se encontra em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Em linha com a Resolução BCB nº 02/2020, o banco realizou a análise de sensibilidade através da aplicação dos cenários elencados abaixo:

- **Cenário 1:** choque de 10bps nas curvas de juros e 1% para variação cambial
- **Cenário 2:** choque de 100bps nas curvas de juros e 5% para variação cambial
- **Cenário 3:** choque de 200bps nas curvas de juros e 10% para variação cambial

Em milhares de Reais

Fator de Risco	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Moeda estrangeira USD	-0,20	-0,99	-1,99
Moeda estrangeira EUR	-0,68	-3,41	-6,83
Taxa de Juros em Reais	-57,54	-575,36	-1.150,72
Cupom de Dólar	-61,20	-611,96	-1.223,92

8. Gestão de riscos – Continuação

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo a possibilidade de o Grupo não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar as atividades diárias e nem incorrer em perdas significativas. Também engloba a possibilidade de não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, devido a condições adversas em períodos de alta volatilidade, tamanho da ordem ou descontinuação do segmento/ativo.

A fim de gerenciar tal risco, mensalmente é realizado um Comitê de Ativos e Passivos da Clearing (BR CALCO), que é responsável por avaliar potenciais riscos de liquidez, seja por fatores de mercado ou de operações internas.

A administração de caixa é realizada diariamente, através de premissas de desembolsos a realizar e recebimentos futuros. Como parte do controle diário foi estabelecido um “colchão” de liquidez mínimo, garantindo uma posição confortável com relação a qualquer tipo de evento de liquidez para o curto prazo.

Diariamente o risco de liquidez também é monitorado através de projeções diárias dos saldos de caixa que consideram os fluxos esperados para os próximos dias e pelo Teste de Estresse de Liquidez no qual, baseado em cenários de estresse e defaults históricos, é avaliada a capacidade do Banco de gerar liquidez para cumprir suas obrigações.

c) Risco de crédito

A administração de riscos de crédito é efetuada através do monitoramento dos limites e exposições pela área de risco. Os limites e posições são discutidos em Comitê de Crédito e ratificados pelo Comitê Executivo, quando aplicável. A análise do portfólio é discutida no Comitê de Riscos.

d) Risco operacional

A gestão de risco operacional possui metodologia específica para identificação, avaliação, monitoramento, controle e definição do tratamento adequado ao risco. Ainda, possui ferramenta própria para a comunicação de incidentes de cunho operacional, possibilitando que a Diretoria acompanhe diretamente qualquer evento. O departamento também é encarregado, juntamente com os pares da 2ª Linha de Defesa, da avaliação da cadeia de valor, ao assegurar boas práticas de governança, sociais e ambientais dos stakeholders.

A área de Risco Operacional é subordinada à Diretoria de Riscos e mantém independência com relação à Auditoria Interna, conforme preconiza o Modelo de Três Linhas de Defesa.

e) Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital mantém processos contínuos de monitoramento e controle dos níveis adequados de capital para fazer face aos riscos inerentes às atividades do Grupo, alinhada ao plano de negócios estabelecido pela Diretoria.

8. Gestão de riscos – Continuação

e) Gerenciamento de capital--Continuação

O gerenciamento de capital constitui aspecto central dentro das atividades do Grupo, que conta com uma Política de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com a dimensão de sua exposição a riscos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital do Grupo baseia-se em política e procedimentos, adequados aos requerimentos da Resolução 4.557 e demais normativos aplicáveis estabelecidos pelo CMN e pelo Bacen.

O Grupo conta com uma estrutura de decisão local de gerenciamento de capital. Além da estrutura diretamente envolvida com a atividade de gerenciamento de capital, possui uma estrutura de comitê, representado pelo Comitê de Gestão de Ativos e Passivos da Clearing (BR-CALCO), que lhe confere um robusto padrão de governança associada ao gerenciamento de capital. Cabe à Diretoria assegurar que a instituição mantenha níveis adequados de capital. O Diretor responsável pelo gerenciamento de capital é o Diretor Financeiro.

A estrutura organizacional de gerenciamento de capital está em conformidade com as regulamentações locais e com as melhores práticas do mercado.

Um relatório de acesso público, contendo a descrição da Política de Gerenciamento de Capital do Grupo, se encontra disponível através da internet em https://www.abnamro.com/br/pt/divulgacoes-financeiras/outros-relatorios.

As composições do Patrimônio de Referência, dos Ativos ponderados pelo Risco (RWA) e Índice de Basileia estão assim representadas:

	Junho 2025
Patrimônio líquido	625.766
Outros ajustes	(2.760)
Patrimônio de referência	**623.006**
Ativos ponderados pelo Risco	
Risco de crédito	387.137
Risco de mercado	72.595
Risco operacional	335.684
RWA total	**795.416**
Índice de Basileia	**78,32%**

9. Outros ativos

	Junho 2025
Impostos e contribuições a compensar (a)	5.639
Rendas a receber	4.391
Devedores por depósitos em garantia	620
Despesas antecipadas	580
Adiantamentos e antecipações salariais	401
Outros	51
Total	**11.682**

(a) Refere-se principalmente a imposto de renda e contribuição social antecipados.

10. Investimentos em participações em controladas

ABN AMRO Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Junho 2025
Capital social	25.000
Patrimônio líquido	9.495
Resultado do período	(3.168)
Número de quotas possuídas	25.000
% participação	100%
Valor contábil	9.495
Equivalência patrimonial	(15.505)

11. Depósitos

	Junho 2025		
Depósitos	**Sem vencimento**	**Até 3 meses**	**Total**
À vista	22	-	22
Interfinanceiro	-	7.016	7.016
Total de depósitos	**22**	**7.016**	**7.038**

12. Obrigações por empréstimos

	Junho 2025	
	Até 3 meses	**Total**
Obrigações por empréstimos no exterior (a)	1.067.159	1.067.159
Total	**1.067.159**	**1.067.159**

(a) Operações de captações com a matriz, são realizadas diariamente e liquidadas em D+1.

13. Provisões

	Junho 2025
Provisão para despesas de pessoal	9.004
Provisão revisão estratégica	7.298
Provisão para contingências	2.083
Credores diversos no país	885
Outras	23
Total	**19.293**

14. Outros passivos

	Junho 2025
Fiscais e previdenciárias	21.183
Sociais e estatutárias	722
Outros	2.528
Total	**24.433**

15. Negociação e intermediação de valores

	Junho 2025	
	Ativo	**Passivo**
Comissões e corretagens a pagar	-	36
Credores - conta liquidações pendentes (a)	641.335	461.527
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (a)	461.532	641.304
Total	**1.102.867**	**1.102.867**

(a) Referem-se a posições a serem liquidadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

16. Ativos e passivos contingentes

a) Ativos contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e contingências: a constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável pela Administração com base na opinião dos nossos assessores jurídicos e são compostas por:

	Cíveis	Trabalhistas
	Junho 2025	Junho 2025
Saldo no início do semestre	46	1.029
Constituição de provisão	-	1.009
Total	**46**	**2.038**

c) Contingências não provisionadas no balanço: para 30 de junho de 2025 o valor envolvido em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível é de R$107.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) A natureza e origem do imposto de renda e da contribuição social são demonstradas abaixo:

	2025
Lucro líquido antes da tributação sobre o lucro menos as participações nos lucros	41.531
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%	**(18.677)**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	
Receitas/(despesas) não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	(493)
Ajustes temporários sem constituição de diferido	78
Outros valores	(1.471)
Imposto de renda e contribuição social	**(20.563)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	**(19.983)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**(580)**

b) Composição e movimentação do crédito tributário:

Diferenças temporárias:	2024	Adições	Baixas	2025
Provisão para pagamento de bônus/gratificação/PLR/CIB	6.455		(1.093)	5.362
Provisão para outras despesas administrativas	261	26	-	287
Provisão para passivos contingentes	483	455	-	938
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	29	-	(18)	11
Prejuízo fiscal acumulado	139	-	-	139
Arrendamento	-	1.138	-	1.138
Total do ativo fiscal diferido	**7.367**	**1.619**	**(1.111)**	**7.875**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(304)	(165)	-	(469)
Arrendamento	-	(1.107)	-	(1.107)
Total do passivo fiscal diferido	**(304)**	**(1.272)**	**-**	**(1.576)**
Saldo líquido	**7.063**	**347**	**(1.111)**	**6.299**

c) Expectativa de realização e valor presente dos tributos diferidos:

Os tributos diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização do ativo e passivo fiscal diferido:

	Imposto de renda diferido		Contribuição social diferida	
Exercício	**Ativo**	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
2025	1.207	(386)	1.350	(309)
2026	501	(126)	745	(101)
2027	731	(126)	584	(101)
2028	606	(126)	484	(101)
2029 e maior	988	(111)	679	(89)
Saldo líquido	**4.033**	**(875)**	**3.842**	**(701)**

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2025 é de R$6.699.

Para cálculo do valor presente dos tributos diferidos foram utilizadas as curvas de taxas de juros prefixadas de mercado.

18. Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2025, o patrimônio líquido do Banco totaliza R$625.766 composto como segue:

a) Capital social

O capital social, 30 de junho de 2025, totalmente subscrito e integralizado está representado por 667.360.242 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, no montante de R$ 593.902.

b) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme o estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. O dividendo e a remuneração sobre o capital não serão obrigatórios no exercício social em que a Administração o julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo propor à Assembleia Geral que se distribua montante inferior ao mínimo obrigatório.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do período até o limite de 20% do capital social.

A reserva estatutária corresponde ao saldo do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do registro dos dividendos, quando aplicáveis, e da compensação dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. Será destinada conforme deliberação da Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

19. Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas:

Os valores abaixo referem-se a transações do Banco com empresas controladoras.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, os saldos das transações entre partes relacionadas são os seguintes:

	Junho 2025			
	Prazo	**Taxa anual**	**Ativo (passivo)**	**Receitas (despesas)**
Disponibilidades				
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (b)	Sem vencimento	Sem remuneração	349	-
Outros créditos - rendas a receber				
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (nota 22) (a)	-	-	3.830	22.858
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda (nota 22) (c)	-	-	561	3.235
Depósitos a vista				
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda (c)	Sem vencimento	Sem remuneração	(22)	-
Depósitos interfinanceiros				
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda (c)	05/12/2025	14,90%	(7.016)	(536)
Empréstimos no exterior				
ABN AMRO Clearing Bank N.V (a)	01/07/2025	(1,99% a 4,41%)	(1.067.159)	(14.079)

	Junho 2025
Linha de crédito	
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (a)	130.000

(a) controladora direta
(b) controladora indireta
(c) controlada

Em 2025 não houve transações com o pessoal-chave da Administração.

b) Remuneração da Administração:

A remuneração total paga aos Administradores, em 2025 é de R$ 2.846.

20. Receitas de prestação de serviços

Refere-se a receitas por assessoria comercial, técnica e financeira prestadas a partes relacionadas.

Receita de serviços prestados a ligadas:	**Junho 2025**
ABN AMRO Clearing Bank N.V. (nota 19)	22.858
ABN AMRO Clearing CTVM Ltda (nota 19)	3.235
Total	**26.093**

21. Despesas de pessoal

	Junho 2025
Proventos e encargos	(10.455)
Benefícios e treinamentos	(2.784)
Honorários	(1.462)
Outras	(52)
Total	**(14.753)**

22. Outras despesas administrativas

	Junho 2025
Processamento de dados	(4.412)
Depreciação e amortização	(1.305)
Serviços técnicos especializados	(1.016)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(985)
Comunicação, publicações, propaganda e publicidade	(633)
Viagens	(134)
Reparos, adaptações e conservações	(70)
Condomínio	(42)
Outras despesas administrativas	(641)
Total	**(9.238)**

23. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	Junho 2025
Variação monetária ativa (a)	34.907
Renda de aplicação no exterior	20.450
Reversão de provisões operacionais	875
Recuperação de encargos e despesas	339
Total	**56.571**

(a) Corresponde principalmente a variação monetária sobre os empréstimos em moedas estrangeiras.

b) Outras despesas operacionais

	Junho 2025
Variação monetária passiva (a)	(13.782)
Contingências	(1.009)
Total	**(14.791)**

(a) Corresponde principalmente a variação monetária sobre os empréstimos em moedas estrangeiras.

24. Resultados não recorrentes

O Banco não apresentou resultados não recorrentes em 30 de junho de 2025.

25. Informações complementares

Plano de previdência complementar

O Banco patrocina plano de previdência complementar para seus colaboradores e administradores. As contribuições são realizadas parte pela patrocinadora e parte pelo próprio participante. O Banco contribuiu com o montante de R$ 495 até 30 de junho de 2025. A modalidade de Plano de Previdência Complementar é de contribuição definida.